




RICARDO TOLEDO NEDER
FACULDADE DE PLANALTINA (11.01.29)

Semestre atual: 2023.1

 Ensino
  Pesquisa
  Extensão
  Convênios
  Produção Intelectual
  Outros

PORTAL DO DOCENTE > VISUALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO

 Visualizar Arquivo
  Visualizar Plano de Trabalho

DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO

DADOS GERAIS

Código: PJxxx-2023
Título: BN - Observatório para Políticas de Extensão em Tecnologias Livres
Categoria: PROJETO **Abrangência:** Local
Ano: 2023 **Período de Realização:** 01/03/2023 a 31/12/2023
Unidade Proponente: FACULDADE DE PLANALTINA
Unidade Orçamentária: /
Executor Financeiro:
Unidade Co-Executora Externa:
Outras Unidades Envolvidas:
Área do CNPq: Ciências Sociais Aplicadas **Área Principal:** TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
Nº Bolsas Solicitadas: 2 **Nº Bolsas Concedidas:** 0
Tipo de Cadastro: SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA **Convênio Funpec:** NÃO
Público Alvo Interno: Docentes, Discentes e servidores **Público Alvo Externo:** Agricultores familiares, comunidade e assentados da reforma agrária
Público Estimado Externo: 50 pessoas **Público Estimado Interno:** 20 pessoas
Público Real Atingido: Não informado ⓘ
Grupo Permanente de Arte e Cultura: NÃO
Fonte de Financiamento: FINANCIAMENTO INTERNO (Edital PIBEX 01/2023) **Renovação:** NÃO
Linha de Atuação:
Programa Estratégico: Não está associado a um programa estratégico.
Vinculado a ação de formação continuada e permanente: NÃO
Vinculado a Grupo Permanente de Arte e Cultura: NÃO
Ação de Desenvolvimento Regional: NÃO
Ação de Inovação Social: NÃO
Faz parte de Programa de Extensão? NÃO ⓘ
Situação: SUBMETIDA
Responsável Pela Ação: RICARDO TOLEDO NEDER
E-mail do Responsável: rtneder@unb.br
Contato do Responsável: 61 9245-4058

MUNICÍPIO REALIZAÇÃO

Estado	Município	Bairro	Espaço Realização
Distrito Federal	BRASÍLIA	PLANALTINA	ITCP

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



<< Voltar



DETALHES DA AÇÃO

Resumo:

O movimento pela tecnologia social (https://sig.unb.br/sigaa/extensao/Atividade/dados_gerais.jsf#enquanto identidade pública de uma plataforma cognitiva aberta para a criação de uma nova política de ciência e tecnologia direcionada demandas sociais) tem desde 2006, preconizado que é plausível trabalhar com movimentos sociais e lideranças populares organizadas em bases locais e territoriais, a partir de situações em que conhecimentos formulados para outros fins, possam ser utilizados para satisfazer a outros interesses inicialmente não contemplados.

Palavras-Chave:

tecnologia, social, adequação, sociotécnica.

Justificativa:

O campo de políticas CTI no Brasil, no que toca ao fomento a inovação em empresas, foi regulamentado pela Lei de Inovação Tecnológica no Brasil (LIT, pela Lei 10.973, 2/12/2004) que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente empresarial. Conforme inúmeras avaliações têm apontado o conhecimento só chega às empresas embutido em pessoas – visão esta que parte de uma longa experiência de pesquisas e abordagens sociotécnicas e construtivistas da ciência e da tecnologia nos últimos 25 anos. A política da Lei de Inovação brasileira paga para que as empresas empreguem mestres e doutores atuarem em projetos específicos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), pois de cada dez pós-graduados de ciências e tecnologia no Brasil, apenas três logram inserção nas empresas para atuar frequentemente com gestão empresarial geral, e não gestão tecnológica e P&D. A LIT afirma o primado do princípio de transferir recursos públicos para aumentar a produtividade das empresas. Doutrinariamente afirma que é desta forma que a sociedade receberá os benefícios resultantes da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico; na medida em que os empresários inovarem, poderão assim aumentar sua lucratividade, porque serão obrigados a transferir mais e melhores bens e serviços para a sociedade. Polêmica esta visão, porque afirma como única via a da lucratividade como o melhor caminho para embarcar a sociedade nos benefícios da ciência e da tecnologia. O fato, porém, de as empresas brasileiras absorverem menos de 1% (um!) dos mestres e doutores que se formam por ano nas universidades públicas brasileiras, nos dá a dimensão problemática de que são os ambientes empresariais, e não esses profissionais, que apresentam alguma disfuncionalidade, pois não atuam com pesquisa e desenvolvimento. Um claro indicador da disfuncionalidade da política científica e tecnológica para elevar a propensão à realização de P&D das empresas é o fato de que apenas 80 a 100 empresas das 30 mil que inovam introduziram no mercado brasileiro (nos últimos três anos) efetivamente alguma inovação de processo realmente transformadora. (DAGNINO, 2004; THOMAS, 2009; METELLO, 2007). Outro sintoma já mencionado da baixíssima presença de um setor de P&D na estratégia de inovação das empresas do grupo das inovadoras, que em geral, obedecem à lógica no Brasil de investimentos do empresário neste campo que são quatro vezes menores do que os correspondente à compras de máquinas. Outro sintoma grave, dentre as empresas inovadoras, só 7% (sete!) mantém vínculos com universidades e institutos de pesquisa. Desta minoria, 70% (setenta!) atribuem baixa prioridade a esta relação com a universidade (DAGNINO, 2004). Entre as empresas que não inovam 12% declaram como causa a escassez de fontes de financiamento, mas 70% apontam para o que chamamos aqui de condições de mercado inapropriadas, hostis ou inadequadas. Segundo pesquisadores da política científica e tecnológica brasileira o problema da inadequação da política de fomento (unidirecional para a inovação empresarial que importa pacotes tecnológicos) tem raízes nesse comportamento dos empresários. Esta reação não pode ser atribuída à falta de recursos e instrumentos governamentais. Segundo Dagnino, "(o empresário) é economicamente racional frente àquilo que percebem como "condições de mercado" (DAGNINO, op. cit). Tais condições se referem à nossa condição de economia ora semi-periférica industrial de produção de manufaturas, ora periférica que atua como plataforma de exportação de biomassa e biodiversidade sob a forma de alimentos, água e matérias-primas. A política científica e tecnológica de fomento à inovação tende, portanto, estar fortemente vinculada à dinâmica desigual de processos de mercado em competição intercapitalista entre os grandes blocos empresariais, ou corporações. A crise de legitimidade é o principal inimigo dos projetos tecnológicos. Ondas de choque quer sejam criadas por forças econômicas contrárias às próprias pesquisas e inovações dos tecnólogos e engenheiros (caso do rechaço à geração de energia por reatores nucleares), quer sejam geradas por uma reação social à concepção orgânica, endógena e sistêmica de um projeto tecnológico (caso da engenharia genômica para produção de OGM – organismo geneticamente modificado) rebatem na sociedade como negatividade que atinge e compromete todo o projeto. O remédio geral para evitar esta crise de legitimidade tem sido de dois tipos, mas frequentemente os dois tipos são aplicados: a) Sistemas tecnológicos complexos (sistema hidroeletricidade, circulação urbana e o complexo automobilístico, produção de petróleo e derivados, etc) são objeto sistemático de proteção política nos poderes parlamentar e executivos em todos os níveis de governo): os mecanismos legais e institucionais em geral, nada tem a ver com política de ciência e tecnologia, mas com proteção a entrada de novos concorrentes em áreas que estabilizaram o uso corrente de características de produto e processos tecnológicos; estes são protegidos contra inovações externas que podem ameaçar sua hegemonia; b) políticas de inovação tecnológica surgem como parte de formulações políticas, econômicas gerais do(s) sistema (s) decisório(s) que propõem ideologicamente convencer e legitimar as aplicações tecnológicas na/pela sociedade, reduzindo os riscos de serem rechaçadas. c) a terceira via, dentre estas, é a pura e simples ditadura ou constrição total dos sistemas decisórios para que incorporem os sistemas tecnológicos como a única possibilidade; todas as reações, tentativas de qualificação do debate, análise de alternativas, limitação do escopo de projetos, são derrogadas diante desta influência avassaladora de um poder ditatorial, autoritário, ou de poucos atores decisórios. Estas três vertentes são na verdade, uma só como parte de um complexo de situações na vida real que mesclam estas formas de intervenção para garantir eficácia às decisões de implantação de projetos tecnológicos; todos remetam para característica geral mais sutil de setores econômicos, universidades, governos e lobbies empresariais em criar uma base de legitimidade para a aceitação de sistemas tecnológicos complexos (e abstratos). Tal como seria impensável uma sociedade sem tecnologia, igualmente são inconcebíveis soluções tecnológicas impostas sem conhecimento das características da sociedade. Esta última necessidade sociológica (não há tecnologia sem transações com a sociedade) tem sido omitida ou tratada como uma questão de viés

pela natureza reducionista dos currículos tecnológicos na formação científica dos profissionais das disciplinas e carreiras tecnológicas. Estes são levados a trabalhar muito tardiamente na sua trajetória biográfica (frequentemente após muitos anos de formado e de prática profissional) sobre questões que passam a ser classificadas como "administrativas" ou de gestão das relações entre um número altamente complexo de operações, e a resolução destas operações pelas pessoas e grupos sociais submetidos a estruturas decisórias. A única métrica segura é a experiência: modelos de execução de sistemas tecnológicos (agrotóxicos na agricultura como negócio; petróleo e gás como sistemas alimentadores de transportes em grandes cidades; eletrificação do país, etc) exigem de fato, "operadores" tecnológicos com características que os levam a erros (evitáveis) que provocam toda sorte de efeitos negativos na sociedade. Em geral a regularidade destes erros levam a deslegitimação de projetos (mas dificilmente a todo o sistema tecnológico).

Fundamentação Teórica:

Constata-se no período recente (pós-pandemia) que o Distrito Federal foi a unidade da federação que mais empobreceu entre o primeiro trimestre de 2019 e janeiro de 2021. Os dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) apontam aumento de 8% pontos percentuais da pobreza (de 12,9% para 20,8% da população). Em extrema pobreza, cresceu 4,1 pontos, subindo de 3,2% para 7,3% dos habitantes (renda de US\$ 5,50/ R\$ 28,60 dia na cotação atual). O índice de crescimento da pobreza no DF foi bem superior ao de outras unidades da Federação, embora em muitas regiões a proporção de pobres na população local seja maior que na capital do país. Em todo o Brasil, a fatia de população pobre passou de 25,2% para 29,5%.⁷ Para superar esta desigualdade de partida (entre organizações formalizadas e as do circuito popular da economia) experiências internacionais propõe soluções de dois tipos: 1) criação de uma "conta de seguridade social individual" (SCHOLZ, 2016:80-82, OIT, 2015, DAGNINO, 2019, NEDER, 2017, 2018) e 2) soluções como a aqui apresentada de redução dos custos de transação destes circuitos populares da economia mediante plataforma de associação e gestão. No primeiro caso, este tipo de fundo de seguridade social tem sido o Bolsa-Família e esquemas variáveis de renda mínima (vividos por cerca de 80 milhões de pessoas como auxílio emergencial durante a pandemia do Covid 19; todos cadastrados em bancos de dados da Caixa Econômica Federal). No segundo caso não há políticas públicas direcionadas para estes circuitos. Diante disto, propomos aqui um alternativa de economia criativa sobre cooperativismo de plataforma digital. (Fonte: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/taxa-de-mal-estar-economico-bate-novo-recorde-no-brasil>. Acesso 28.8.2021)

Cooperativismo de plataforma pode ser definido como plataformas digitais controladas por trabalhadores e/ou pelas comunidades locais. Uma das principais transformações verificadas no mundo do trabalho na última década foi o surgimento de plataformas digitais de trabalho online. O processo centra-se em plataformas baseadas na web, por meio das quais as empresas e outros clientes podem externalizar tarefas por meio de um convite aberto a mão-de-obra vasta e flexível («crowd», multidão), geograficamente dispersa pelo mundo. Segundo relatório recente da OIT (Organização Internacional do Trabalho) tanto no Sul quanto no Norte Global foi documentada uma série de estratégias de organização e modelos de negócios alternativos (V. <https://blogdoibre.fgv.br/posts/taxa-de-mal-estar-economico-bate-novo-recorde-no-brasil>) atualmente sendo implantados por trabalhadores de plataforma (OIT, 2021). O estudo capturou e analisou vários pontos de vista, destacando as diferenças nas perspectivas e abordagens dos trabalhadores entre o Norte e o Sul globais. Em contextos tão diversos como Argentina, Quênia e Reino Unido, profissionais de tecnologia qualificados com alto poder de barganha demonstraram como os modelos de negócios cooperativos podem ajudar na obtenção de economias que tenham escala e permitir o acesso ao desenvolvimento de habilidades, poupança, crédito e esquemas de seguro. Os intermediários do mercado de trabalho estão estendendo serviços de apoio aos trabalhadores das plataformas (OIT, 2015, SCHOLZ, 2017). Desta forma, as experiências com cooperativismo de plataforma terão que partir da realidade vivida pela maioria que está fora, ou se insere intermitentemente no mercado de trabalho formal. Iniciativas tendem a adotar a mineração de dados expansiva, perfis de usuários (do tipo plataforma ODK aqui adotada) e técnicas de direcionamento de plataformas dominantes. No Brasil a maioria das experiências registram modelos no compartilhamento do cuidado (saúde familiar, coletiva, saúde mental; assistência e serviço sociais, serviços domésticos, cuidados de idosos e crianças), prestação de serviços, alimentação, agricultura familiar, agroecologia, sistemas de entrega. São os grupos com relativa autonomia da competição entre empresas capitalistas que tem usufruído com mais vantagens destes plataformas. São unidades formais/informais com trabalhador/as com ou sem estabelecimentos vinculados aos circuitos mercantis mediante unidades produtivas em espaços econômicos não explorados pela grande empresa (economia criativa por meio de cervejarias artesanais, produção de alimentos orgânicos, microempresas de tecnologia de informação e comunicação, parte de um aglomerado). Existem ainda outras atividades ditas da "economia criativa" mas que dinamizaram as que existiam antes da revolução microeletrônica 4.0 envolvendo Arquitetura, Artes visuais, Cinema, Televisão, Publicidade e outras mídias; Design, Games, Editoração, Música, Moda, Comunicação. Com a revolução microeletrônica este segmento se torna um grande celeiro de criação para trabalhador/as informais em geral situados nos circuitos populares da economia. Registramos também a existência dos mercados cooperativistas de crédito usando as experiências brasileiras de 143 bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) com moedas sociais (equivalente a criptomoeda social quando convertidas em plataforma digital) para financiar microprojetos como os aqui propostos (V. <https://cooperativismodeplataforma.com.br/>). Há experiências já avançadas no microcrédito baseado no cartão de crédito com moeda social (<https://www.institutobancopalmas.org/e-dinheiro/>) NESOL e Instituto Palmas, 2013). Esta base já existente certamente irá no futuro próximo se articular como Cooperativismo de Plataformas Digitais no Brasil com a reapropriação de tecnologias digitais controladas por trabalhador/as.

No quadro brasileiro estes segmentos enfrentam o desafio de se organizar em cadeias e processos produtivos e de serviços. Demandam fomento continuado de assistência sociotécnica aos grupos produtores, e experiências-piloto para constituir formas organizacionais próprias reconhecidas juridicamente e dotadas de segurança econômica para receber uma parcela do poder de investimento dos Governos que tem sido direcionado para as Empresas do setor formal (SCHOLZ, 2017). As experiências entre 2002-2016 com a Política Nacional de Economia Solidária apontam que sete setores e subsectores da economia popular são fundamentais para incrementar a sua reorganização (sem que se pretenda convertê-los em MPE micro e pequena empresa) mediante associações e cooperativas: 1. reciclagem, 2. construção civil, 3. manufatura artesanal, 4. metalurgia e polímeros, 5. apicultura, 6. Agricultura, olericultura, fruticultura, cereais sob certificação agroecológica e orgânica no DF. Esse projeto ora proposto, se insere na incubação de experiências no DF, entre elas sob inspiração de casos concretos como: 1. CENTRO DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DO PARANÓIA - CEDEP <http://mapa.cultura.df.gov.br/espaco/143/> ASSOCIAÇÃO DE CATADORES RECICLA MAIS BRASIL <http://reciclaimaisbrasildf.com.br/> 2. CENTRAL DO CERRADO - PRODUTOS ECOSOCIAIS www.centraldocerrado.org.br 3. AGROTEC - CENTRO DE TECNOLOGIA AGROECOLÓGICA DE PEQUENOS PRODUTORES <https://www.plantaevida.com.br/> 4. PROMESSA DE FUTURO <http://www.cerratinga.org.br/promessa-de-futuro/> 5. INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA - ISPN (entidade financiadora de microprojetos como os aqui propostos) <https://ispn.org.br/quem-somos/missao-avisao/> 6. OBSERVATÓRIO DO COOPERATIVISMO DE PLATAFORMA_Brasil <https://rosalux.org.br/lancamento-do-observatorio-do-cooperativismo-de-plataforma/> <https://cooperativismodeplataforma.com.br/> 7. PLATAFORM COOPERATIVISM CONSORTIUM_Estados Unidos <https://platform.coop/> 8. EXPERIENCIAS DE COOPERATIVAS DE PLATAFORMA (vários países) <https://digilabour.com.br/2020/07/26/quem-pesquisa-cooperativismo-de-plataforma-no-brasil/> O foco do BN TECNO LIBRE esse ano (2023) centra-se na necessidade de desenvolvermos uma abordagem política de educação digital que supere a síndrome do "usuário" como se todo mundo fosse obrigado a saber operar aplicativos, e se subordinar aos modelos de uso e costume imposto pelos fabricantes, start-ups e setor comercial de software proprietário, entre eles Microsoft, Apple, Google. Trata-se portanto, de superar esse tratamento e em seu lugar, desenvolver outro ligado ao conceito de "co-desenvolvedores". Co-desenvolvedores implica na formulação de uma estratégia propedéutica - que antecede aos conteúdos que se quer ensinar ou educar. Vem antes, atividades ligadas ao dia a dia dos produtores que nada tem a ver com suas tarefas na produção; envolve-los na usabilidade de aplicativo não celular e computador pressupõe verificar o entorno no qual eles estão inseridos: tem acesso a internet regular? Se não tem como utilizar internet comunitária? O BN TECNO LIBRE pretende, assim, desenvolver habilidades, experiências e trocas de saberes que não pressupõe a imersão do sujeito social diretamente na rede web. Ou seja, trata-se de investir em atividades de formação propedéuticas que levem os sujeitos a desmistificar os aplicativos, e ter uma noção básica do que está por trás dessa parafernália (páginas, plataforma, aplicativo, internet, web etc etc).

Metodologia:
A metodologia seguirá basicamente a seguinte dinâmica baseadas em oficinas: 01. Oficina de integração para planejamento das ações 20 co-desenvolvedores - objetivo: identificar o perfil de cada um numa escala de adequação sociotécnica aplicada ao trabalho associado/coletivo; Oficina03 - Oficina da linguagem do vídeo para explicar o uso de aplicativos Oficina 04 - Oficina da linguagem da matemática intuitiva figurativa e baseada em peças (quebra cabeças e lego) sobre regularidade em escalas repetitivas Oficina 05 - Oficina da linguagem de jogos educacionais mediante uso intensivo de exercícios sob complexidade modelada para aprendizagem de operações básicas do raciocínio lógico-dedutivo Oficina 06 Oficina de desmonte responsável e sustentável de equipamentos (metareciclagem) com a reutilização e recuperação de conjuntos parcialmente obsoletos Oficina 07 - A diferença entre programa proprietário, programa pirata e programa livre ou software livre Oficina 08 - Correlação entre tecnologia saúde, alimentos e produção agroecológica: o que isso tem a ver com o celular e o computador? Oficina 09. Oficina de yoga ashtanga, yoga iniciação, reiki, Oficina 11. Desenho da minha

comunidade: seu bairro visto do alto (noções sobre mapeamento por VANTS - veículos aéreos não tripulados) ou drones Para cada OFICINA haverá um ciclo próprio de autonomia e auto-gestão dos participantes, para outras incubações de iniciativas e sustentabilidade com base na aplicação do material produzido. A dinâmica das oficinas será balizada pelos seguintes módulos de atividades de ensino/pesquisa, extensão e residência com base em produção de materiais específicos e fortemente orientados para outras linguagens relacionadas a: 01. Implicações da relação estado sociedade na produção da tecnologia 02. Condicionantes do capitalismo periférico e o sistema tecnocientífico latino-americano 03. Estudos sociais da ciência e tecnologia e economia da inovação como fundamentos dos marcos analítico-conceituais da gestão privada e da gestão pública no sistema tecnocientífico 04. As posturas pública e privada presentes na gestão das organizações sistema tecnocientífico 05. Metodologias de diagnóstico de problemas, de equacionamento de problemas e de análise de políticas 06. Exercícios integradores de aplicação dos instrumentos metodológico-cooperacionais

Referências:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ANDRADE, Liza Maria Souza de; LEMOS, Natália da Silva; LOUREIRO, Vânia Teles, MONTEIRO, Maria Emília. Adequação sociotécnica para projetos de urbanismo participativo do grupo de pesquisa e extensão periférico: táticas urbanas como tecnologia social, dimensões da sustentabilidade, padrões espaciais e de acontecimentos e construção de cenários. In: Anais do XVIII ENANPUR, Natal, 2019. BRASIL, ATHIS - LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008 Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social - ATHIS BRASIL, MROSC - Lei 13.019/2014. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Secretaria de Governo da Presidência da República; Brasília: Presidência da República, 2016. DAGNINO, R; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. LIMA, Débora De Boni. Cidades saudáveis - relação da visão ecossistêmica da saúde coletiva e o saneamento ambiental: o caso da Estrutural. Monografia Reabilita, Brasília, 2017 KALLI, Renan Bernardi. Organização coletiva dos trabalhadores no capitalismo de plataforma. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 2, p. 79-93, ago./nov. 2020. MORAES, Raquel de A. Educação, trabalho e novas tecnologias na educação a distância: uma reflexão crítica. Revista HISTEDBR On-line, v. 15, p. 103, 2015. NEDER, R.T. e MORAES, R. Para onde vai a Universidade diante da Política de Ciência e Tecnologia no Brasil? Brasília: Ed. Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/ Escola de Altos Estudos da CAPES/UnB. ISSN 2175-2478 no. 8. 2017 NEDER, R.T. Produção social de tecnologia, desigualdade e a nova sociologia da tecnologia. Revista Ciência & Tecnologia Social. 2017; 1(ed. 6):1-12 (em parceria Lua 1. Braga Marques) Interacionismo sociotécnico e antimetodologia nas ITCPs como agências. IN Felipe Addor e Camila Rolim Laricchia (org.) Incubadoras tecnológicas de economia solidária. - Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. NESOL-USP/ INSTITUTO PALMAS - Banco Palmas 15 anos Resistindo e inovando. São Paulo: Ed. A9 2013. MACHADO A.T. e NEDER, R.T. - Ciência, Tecnologia, Sociedade (CTS) para produção de sementes agroecológicas. Brasília. Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/INOVA SOCIAL-Embrapa, vol. 10. série 1. 2020. OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Platform labour in search of value. A study ow workers' organizing practices and business models in the digital economy. Genebra. OIT. 2021 (Acesso em 10.7.21: https://www.ilo.org/global/topics/cooperatives/publications/WCMS_809250/lang-en/index.htm) OIT BRASIL Cooperativas: mudanças, oportunidades e desafios / editado Armand Pereira; em colaboração com Lucienne Freire e Lizzie Lagana - 1 ed. - Brasília : OIT, 2001. RESIDENCIA AGRÁRIA UNB - Residência agrária da UnB [recurso eletrônico]: residência agrária: experiências de agroecologia e cultura no campo. / Organização Beatriz Casado Baides et al.--1.ed.-- São Paulo : Outras Expressões, 2016. https://matrizesprodutivasdavidanocampo.files.wordpress.com/2017/05/caderno-5.pdf. Página na web: https://matrizesprodutivasdavidanocampo.wordpress.com/cadernos/ SCHOLZ, Trebor. Cooperativismo de plataforma. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo/ed.Elefante/Autonomia Literária, 2016 SHAPIRO, Carl & VARIAN, hal. A economia da informação: como os princípios econômicos se aplicam a era da Internet. Rio de Janeiro, Campus, 1999. SINGER, P. Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. In: Mercado de Trabalho: Conjuntura & Análise, 39, Brasília: Ipea/MTE, pp. 43-48, 2009.

Objetivos Gerais:

1. GERAR CADASTROS DE PRODUTORES EM DUAS EMPRESAS SOCIAIS (APRACOA & COOPERCARAJAS) Cadastros com descrição sobre capacidades, ocupações e qualificações sociotécnicas de seus associados/as com utilização da plataforma odk para um público de cerca de 200 entrevistados/produtores. 2. Acesso instrumental/pre-teste realizado pelos trabalhos em andamento mediante a Plataforma para Coleta de Dados e Desenvolvimento de Tecnologias voltadas para a Agricultura Familiar. 3. A FASE DE ADOÇÃO DE PLATAFORMA DE COLETA DE DADOS - trata-se de instrumental de diagnósticos para identificação de capacidades sociotécnicas entre pessoas e grupos envolvidos sob o modelo básico de survey com uso do aplicativo ODK (kit de ferramentas descentralizadas para a coleta de dados através de questionários eletrônicos, distribuição e reunião de dados, onde os questionários são escritos na linguagem XLS Form e podem ser disponibilizados para a coleta offline). O envio dos dados em todas as modalidades é feito no momento em que o dispositivo alcança uma rede com conexão a internet (no formato aplicativo e no formato web). A ferramenta pode gerar questionários que funcionam via aplicativo (ODK Collect, para Android) ou no formato Webform, sem a necessidade de instalação de aplicativo. Está sob utilização beta há 1 ano pela equipe da Universidade de Brasília; sua utilização está bem assimilada pelos estudantes e agentes sociais. O XLS Form (formulário de base), é acessível e de fácil compreensão, organizando os questionários na forma de widgets sequenciais programados em planilha xls (LibreOffice Calc). Cada widget é um item do questionário e corresponde a um de seus elementos, como questão de múltipla escolha, imagem, ponto de georreferenciamento, texto, números ou datas

Resultados Esperados:

1. MOBILIZAÇÃO de 20 produtores que serão tratados como co-desenvolvedores 2. CAPACITAÇÃO dos 20 co-desenvolvedores em ambiente de aplicativo para auto-gestão de movimentação de produtos e finanças solidárias 3. CAPACITAÇÃO dos 20 co-desenvolvedores em ambiente de aplicativo para auto-gestão de movimentação de um balcão de oferta de produtos tipo atacado de oferta dos cooperados para compra institucional da própria cooperativa

CONTATO DO COORDENADOR

Coordenação: RICARDO TOLEDO NEDER
E-mail: rtneider@unb.br
Telefone:

MEMBROS DA EQUIPE

Nome	Categoria	Função	Unidade	Situação	Início	Fim
DOUGLAS DA SILVA COSTA	SERVIDOR	ASSESSOR(A)	FUP	ATIVO PERMANENTE	01/03/2023	31/12/2023
STENIO ARAUJO DAMASCENA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)	FUP		01/03/2023	31/12/2023
RICARDO TOLEDO NEDER	DOCENTE	COORDENADOR(A) GERAL	FUP	ATIVO PERMANENTE	01/03/2023	31/12/2023

OBJETIVOS/ATIVIDADES

Descrição da Atividade:	Período Realização:	Carga Horária:
01.b planejamento e avaliação de ações do projeto.	01/03/2023 a 31/12/2023	120 h
Participantes Relacionados:		
DOUGLAS DA SILVA COSTA		10 h
RICARDO TOLEDO NEDER		60 h
STENIO ARAUJO DAMASCENA		120 h

PARTICIPANTES DA AÇÃO DE EXTENSÃO

[Clique aqui para visualizar os participantes desta ação de extensão](#)

DISCENTES COM PLANOS DE TRABALHO

Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim
------	---------	----------	--------	-----

Discentes não informados

AÇÕES DAS QUAIS O PROJETO FAZ PARTE

Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão

ORÇAMENTO DETALHADO

Descrição	Valor Unitário	Quant.	Valor Total
PASSAGENS			
Despesas com deslocamentos, passagens e visitas técnicas em outros Estados e municípios.	R\$ 2.000,00	4.0	R\$ 8.000,00
SUB-TOTAL (PASSAGENS)		4.0	R\$ 8.000,00
EQUIP. MATERIAL PERMANENTE			
Despesas Diárias	R\$ 2.000,00	3.0	R\$ 6.000,00
Aquisição de equipamentos: notebooks	R\$ 6.000,00	2.0	R\$ 12.000,00
Pagamento de bolsas estudantis para discentes participantes do projeto	R\$ 2.000,00	4.0	R\$ 8.000,00
Despesas com compras de hardware e equipamentos de computadores	R\$ 4.000,00	1.0	R\$ 4.000,00
SUB-TOTAL (EQUIP. MATERIAL PERMANENTE)		10.0	R\$ 30.000,00
Total:			R\$ 38.000,00


CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO SOLICITADO

Descrição	FAEx (Interno)	Funpec	Outros (Externo)	Total Rubrica
PASSAGENS	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.000,00
EQUIP. MATERIAL PERMANENTE	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00
Total:	R\$ 38.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.000,00

ORÇAMENTO APROVADO

Descrição	FAEx (Interno)
PASSAGENS	R\$ 0,00
EQUIP. MATERIAL PERMANENTE	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00

ARQUIVOS

Descrição Arquivo
formulário de inscrição 

LISTA DE FOTOS

Foto	Descrição
Não há fotos cadastradas para esta ação	

LISTA DE DEPARTAMENTOS ENVOLVIDOS NA AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA

Autorização	Tipo	Data/Hora Análise	Justificativa	Data da Reunião	Autorizado
-------------	------	-------------------	---------------	-----------------	------------

HISTÓRICO DO PROJETO

Data/Hora	Situação
27/01/2023 11:38:33	CADASTRO EM ANDAMENTO
27/01/2023 19:10:45	AGUARDANDO APROVAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS
28/01/2023 08:19:21	SUBMETIDA
14/02/2023 13:00:27	AGUARDANDO AVALIAÇÃO
16/02/2023 11:30:21	PROPOSTA DEVOLVIDA PARA COORDENADOR REEDITAR
28/02/2023 19:19:42	PROPOSTA CORRIGIDA E DEVOLVIDA PARA O PRESIDENTE
01/03/2023 07:29:54	SUBMETIDA

Portal do Docente